

PMDB insatisfeito com documento

por Cecília Pires
de Brasília

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, recebeu ontem das mãos do presidente José Sarney o documento que propõe um programa de governo em torno do qual deseja ver firmado um pacto político de apoio a seu governo. No final da tarde, cerca de duas horas antes do pronunciamento do presidente a respeito do pacto, Ulysses reuniu em seu gabinete as três lideranças do partido, senador Fernando Henrique Cardoso, líder no Senado, deputado Luís Henrique, líder na Câmara, e deputado Euclides Scalco, na Constituinte.

Quando discutiam o documento, o presidente Sarney ligou para o gabinete de Ulysses pedindo que anulasse a primeira página do documento, a introdução, e enviou uma nova página de abertura. As lideranças não revelaram o que foi alterado. O presidente Ulysses Guimarães marcou uma reunião da executiva do partido para a próxima quinta-feira, com a presença dos governadores, e não quis manifestar-se sobre o documento, antes do pronunciamento oficial do PMDB.

"Não posso manifestar-me sem ouvir a executiva. Seria uma descortesia fazer isto, sem ouvir o partido", disse, lacônico.

As lideranças não gostaram do documento, especialmente no que se refere à manifestação de Sarney por um mandato de cinco anos com plenos poderes, o que se traduz pela manutenção do presidencialismo em seu governo. "O documento é muito ruim", disse uma das lideranças, pedindo que não fosse identificado.

O senador Fernando Henrique Cardoso foi mais explícito. Disse que não assinaria o documento, pois a questão do mandato presidencial e do sistema de governo cabia à decisão da Constituinte. "Manter plenos poderes significa manter até o decreto-lei. Acho um exagero. Mas não quero opinar sobre isso, pois minha posição é pessoal. Este é um momento muito delicado. Vamos levar o documento às bancadas, à

Liberdade para mudar a equipe de governo

por Edson Beú
de Brasília

O presidente José Sarney usou ontem a rede nacional de rádio e televisão para dar um recado à classe política: de agora em diante, irá agir com "absoluta liberdade" para compor uma nova equipe de governo e, assim, concluir o processo de transição democrática e garantir o desenvolvimento econômico do País, através da execução de um programa mínimo de governo. Para isso, o presidente considerou "fundamental" redefinir a sua base de sustentação parlamentar, principalmente agora com a extinção da Aliança Democrática.

"Estou determinado, mas determinado mesmo, a fazer as modificações que forem necessárias, sem qualquer concessão de ordem pessoal ou política", enfatizou Sarney, no discurso de 23 minutos. O presidente disse que estava iniciando "uma nova etapa" de governo e pediu o apoio dos partidos políticos, dos parlamentares e dos governadores estaduais. Sarney sublinhou que o País passa por um momento decisivo, afirmando: "Chegamos a um ponto do qual não podemos recuar". E, para não recuar, pregou um "governo de união nacional".

O presidente insistiu na necessidade de solucionar os problemas políticos do País. Considerou isso uma premissa básica. "Dai-me uma boa política e terei uma boa economia", parafraseou ele. Por isso, a tônica do pronunciamento foi a proclamação da autonomia para governar com uma

base política sólida, confiável. "Precisamos saber as forças com que contamos nesta segunda etapa de governo", salientou. Daqui para frente, disse o presidente, meu objetivo será assegurar essa estabilidade política. Assim, ele acredita que será possível superar os problemas econômicos e sociais que afligem a Nação.

Sarney deixou claro que não é possível mais governar com o quadro de indefinição política atual. Observou que os partidos políticos se acham divididos em blocos e sub-blocos, nas mais diversas ideologias. "Nós precisamos, portanto, saber as forças com que contamos, para a grande tarefa da reconstrução nacional, nesta segunda etapa do meu governo", reiterou. Alegou que tem até o "sacrifício pessoal", para tentar resolver os problemas do País. Mas que, agora, tinha chegado a um momento decisivo. Precisava de "apoio explícito" para levar "a bom termo" seu projeto político.

A proposta final disso tudo, justificou Sarney, era preparar o Brasil para o século XXI, restaurar a crença nas instituições e no futuro do País. É urgente, assinava ele, "criar uma unidade solidária em favor do País, independentemente de partidos e convenções políticas".

A partir da formação de uma base política sólida, o presidente enumerou alguns pontos de seu programa de governo:

- Equacionar o problema da dívida externa de uma forma realista.
- Enxugar a máquina adminis-

trativa do governo, extinguindo órgãos e até ministérios — proposta defendida pelo PMDB e PFL.

- O presidente defende, também, a adoção de critérios não políticos, para preencher cargos na administração federal, com a realização de concursos públicos. Ele procura, aí, eliminar um dos principais focos de atrito entre os partidos que apóiam o governo — a disputa de cargos, até agora feita através de nomeações nitidamente políticas. Essa disputa constituiu a gota d'água para o fim da Aliança Democrática. O presidente defendeu a necessidade de criar um sistema de carreira no funcionalismo.

- Punir a corrupção na administração federal, com demissão.

- Abrir novas perspectivas de desenvolvimento para as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste. Citou a criação das Zonas de Processamento para Exportação (ZPE), como uma alternativa de sua preferência, para a região nordestina.

- Incentivar a iniciativa privada, para que "ela tenha confiança e volte a investir".

- Melhorar a eficiência da administração federal, através de um trabalho de racionalização. O presidente condenou, particularmente, a "injustiça" que representa a figura dos chamados "marajás".

Sarney encerra a lista de suas propostas, pregando uma rápida implementação da reforma agrária.

O presidente Sarney enfatizou a necessidade de resolver o problema da dívida externa. Por is-

so, reiterou que era preciso agir com "realismo" para o País reintegrar-se ao mundo financeiro. "É claro", ressaltou ele, "que isso deve ser feito dentro dos nossos interesses, assegurando a nossa soberania, sem pagar o preço da recessão".

Reconheceu que os trabalhadores não podem viver sob a síndrome do desemprego e do achatamento salarial. O quadro econômico não pode ser uma incógnita para os empresários, acentuou Sarney, pois "eles precisam ter confiança para voltar a investir", explicou. O presidente admitiu que a sociedade sofre as consequências da indefinição. "Essas indagações estão na consciência dos vários segmentos da sociedade brasileira", confirma. Mas, aí também, ele condicionou a solução desses problemas à formação de um quadro que assegure maior estabilidade política a seu governo. "Isso, eu repito, é necessário, é fundamental", disse, com muita ênfase.

Sarney queixou-se de ter sido abandonado por alguns setores da classe política, nos momentos mais difíceis de sua gestão. Num mensagem de otimismo, disse que era possível superar todos os problemas, com "uma maioria clara, definida", no Congresso Nacional. Contrariando a previsão de seus assessores, o presidente defendeu explicitamente um mandato de cinco anos, ao dizer, nas últimas linhas de seu discurso: "Preciso, nos dois anos que me restam de mandato, concluir a obra gigantesca que é a restauração da democracia".

executiva, pois sabemos da gravidade da situação e não queremos dar passos que não possam ter seguimento dentro da via institucional."

Fernando Henrique admitiu, no entanto, que, ao colocar os temas mandato e sistema de governo no documento, o presidente dificultou o objetivo de tentar ganhar apoio administrativo. "Com toda a franqueza, achei o documento um pouco esparrramado, com um acúmulo de temas", concluiu, finalmente.

Assim como o líder no Senado, o líder na Constituinte, Euclides Scalco, criti-

cou a proposta de pacto com o apoio ao documento, se esta for feita de forma individual aos constituintes.

"Eu me manifesto contra, se isto ocorrer. O pacto político e social se faz com pessoas físicas", disse Scalco. As declarações do líder Luís Henrique seguiram o mesmo raciocínio: "Se o pacto for proposto a nível individual, não terá eficácia. Sou contra, porque isto levaria a um comportamento fisiológico, ruim para o governo e para os partidos", afirmou. "O partido tem que analisar o documento com muito cuidado", ponderou.

A reação dos políticos do PMDB ao pronunciamento não foi melhor. "O pronunciamento do presidente não trouxe nenhuma novidade", disse o deputado Euclides Scalco. "Ele reafirmou que deseja um mandato de cinco anos, como já tinha feito em maio, falou sobre os planos de governo, que também já havia anunciado, e disse que a Aliança Democrática foi rompida, mas acabou avisando que entregou o documento aos presidentes dos dois partidos que a compõem. O presidente falou em união nacional, mas não conversou com ninguém além dos dois

presidentes, do PMDB e do PFL."

"Não gostei", foi a primeira reação do deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG). "Com este pronunciamento, o presidente determinou o fim dos partidos políticos, mas se esqueceu que foi eleito pelos partidos".

O líder na Câmara, deputado Luís Henrique, achou o pronunciamento importante, pois o presidente, segundo entendeu, mostrou-se aberto ao diálogo. "O presidente falou muito em pactuação", disse o parlamentar. O fato de ter entregue o documento aos presi-

dentos do PMDB e do PFL, na opinião de Luís Henrique, mostrou que ele está disposto a pedir o apoio dos políticos.

Luís Henrique discordou, apenas, quanto à crítica de Sarney à falta de apoio dos políticos. "O PMDB não negou apoio a nenhum projeto do governo, nem a nenhuma licença para viajar." Quanto ao sistema de governo e o mandato presidencial que o presidente insistiu em definir tanto no documento quanto no pronunciamento, Luís Henrique acredita, ainda, que será possível negociá-los com Sarney.

"Democracia e desenvolvimento"

O presidente José Sarney pediu, em seu pronunciamento, apoio do povo brasileiro e da classe política. Ele enumerou algumas conquistas da Nova República e considerou que tem cumprido as promessas feitas antes da eleição do presidente Tancredo Neves.

Sarney disse que diante desse novo quadro político, com o rompimento da Aliança Democrática, será preciso formar uma nova base de sustentação de seu governo.

Entre as propostas do presidente para essa "segunda etapa" de seu governo está um enxugamento da máquina administrativa, com diminuição dos ministérios.

Eis a íntegra do documento: **DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO**

As candidaturas Tancredo Neves e José Sarney foram objeto de longa negociação política, visando a uma aglutinação de forças de todas as tendências, para possibilitar a vitória e garantir a consequente transição democrática.

Por proposta do então Vice-Presidente Aureliano Chaves, com o apoio do PMDB e da Frente Liberal, acordou-se a constituição de uma coligação, formalizada num documento de princípios que se chamou "Aliança Democrática", que foi assinado por Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Marco Maciel e o próprio Aureliano Chaves.

Com a morte de Tancredo Neves, coube ao Presidente José Sarney cumprir o que foi acordado, o que foi feito, de tal modo que os objetivos ali contidos foram alcançados em pouco tempo, tais como:

- 1 — Restauração das eleições diretas em todos os níveis, inclusive para Presidente da República, a ser eleito por maioria absoluta em dois turnos.
- 2 — Convocação da Assembleia Nacional Constituinte.
- 3 — Legalização dos partidos então ditos clandestinos.
- 4 — Reformulação da legislação eleitoral, de modo a instaurar a plena liberdade de organização partidária, possibilitando a formação de novos partidos (mais de vinte foram criados).
- 5 — Eleições para as capitais dos Estados e para os Municípios de Segurança Nacional.
- 6 — Funcionamento das Centrais Sindicais.

- 7 — Total liberdade de formação.
- 8 — Extinção da sublegenda.
- 9 — Retorno da coligação de Partidos.
- 10 — A inexistência de qualquer intervenção nos sindicatos.
- 11 — O reconhecimento da autonomia e liberdade sindicais.

Mas não ficou o Governo José Sarney limitado em seus atos a apenas honrar os compromissos predominantemente institucionais da Aliança Democrática, removendo os obstáculos maiores à democracia.

Foi mais longe. Ampliou as conquistas políticas, sociais e econômicas, entre outras:

- 1 — Recadastramento eleitoral, possibilitando as mais legítimas eleições já realizadas no País.
- 2 — Vale Transporte obrigatório a todos os trabalhadores.
- 3 — Salário móvel.
- 4 — Seguro desemprego.
- 5 — Acesso democrático ao rádio e à televisão pelos partidos políticos.
- 6 — Reconhecimento do direito de voto aos analfabetos.
- 7 — Adesão do governo brasileiro à convenção das Nações Unidas contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes, e ao pacto da OEA sobre direitos humanos.
- 8 — Legalização da União Nacional dos Estudantes.
- 9 — Criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher.
- 10 — Retomada do processo de desenvolvimento, como opção fundamental da sociedade brasileira. A taxa de crescimento foi de 17,2% no biênio 85/86, resultado que se destaca no contexto mundial (foi a mais elevada do Bloco Ocidental, em 1986).
- 11 — Recuperação dos níveis de emprego. A taxa global de desemprego que no início do Governo José Sarney era da ordem de 8,3%, caiu para 2% no ano de 1986, e 4,22% em agosto deste ano.
- 12 — Concessão da anistia aos dirigentes sindicais cassados.
- 13 — A democratização e a desburocratização das eleições sindicais.
- 14 — A representação trabalhista no Conselho Monetário Nacional e nos Conselhos da SUDAM, da SUDENE, da LBA, no Conselho da Mulher, da Defesa do Consumidor e dos cálculos do índice do IBGE.
- 15 — Instituição de corre-

ção monetária de todo o passivo das instituições financeiras em liquidação, na defesa da economia popular.

- 16 — Instituição da correção monetária plena nos créditos trabalhistas, com pagamento de juros capitalizados mensalmente.
- 17 — Criação de planos de poupança e investimento em benefício do trabalhador.
- 18 — Reforma geral no processo de Licitações Públicas e contrato administrativo.

Embora em meio às dificuldades imensas que nos últimos tempos marcaram a situação econômica e social do país, nenhum processo na caminhada democrática se verificou. Fortaleceram-se as instituições. Respira-se liberdade em todos os recantos do país.

Buscou o Presidente, com os meios de que dispunha, a conciliação e a justiça social. Presidiu a duas eleições, as mais livres e abrangentes. Governou com os partidos, prestigiando a participação política.

Com o rompimento da Aliança Democrática, verificada agora, torna-se necessário um novo pacto político que possa balizar a ação governamental.

O Governo necessita da confiança indispensável para concluir o processo da transição democrática e prosseguir na promoção do crescimento econômico e do bem-estar social, dentro de um clima de paz.

Para a consecução desses objetivos expressamos nossa determinação de apoiar o Governo do Presidente José Sarney para:

No campo político

- 1 — Respaldo ao Presidente nas ações que julgar convenientes, no campo legislativo, governamental e político.
- 2 — Assegurar toda a cooperação necessária para garantir ao governo civil, emanado do poder político, síntese de todos os poderes, força e prestígio para cumprir com sua árdua tarefa da construção democrática e desenvolvimento do país.
- 3 — Reconhecer a liberdade do Presidente da República para compor sua equipe de governo.
- 4 — Apoiar a Assembleia Nacional Constituinte para conclusão de seus trabalhos com brevidade, a fim de que o País tenha uma nova Constituição, à altura da consciência jurídica brasileira, e que assegure a existência de

uma sociedade democrática, pluralista e aberta, e possibilite avanços e progressos no campo social; estimule a iniciativa privada e a economia de mercado;

dê ao Brasil condições de modernizar-se, sem entraves; e crie condições para geração de riquezas em benefício do povo, principalmente dos mais necessitados.

- 5 — Promover o estabelecimento da nova ordem jurídica no decorrer do próximo ano, com a aprovação do complexo arcabouço legal de adaptação das leis vigentes à nova Constituição, destacando-se a legislação referente às eleições municipais de 1988.
- 6 — Implantar as modificações administrativas determinadas pelo novo texto constitucional, principalmente no que se refere à reforma tributária e à descentralização.
- 7 — Apoiar o mandato presidencial de cinco anos, com os poderes que foram conferidos ao Presidente da República à data da sua eleição. Aplicar o mesmo princípio ao mandato dos governadores e prefeitos.
- 8 — Prosseguir a Política Externa brasileira de não ser o País caudatário de grandes potências nem prisioneiro de pequenos conflitos. Afirmar com decisão nossa política de apoio ao desarmamento e de proscrição de armas nucleares, com ênfase especial nas iniciativas destinadas à América Latina e ao Atlântico Sul. Desenvolver o programa inovador de integração com a Argentina e o Uruguai, tendo por meta a implantação futura do mercado comum latino-americano. Lutar contra o racismo e contra todas as formas de discriminação.

No plano econômico

- 9 — Apoiar a política econômica do Governo, consubstanciada no Plano Macroeconômico, no Plano de Ação Governamental, e na fiel execução do orçamento unificado para 1988 e as metas até 1989. Estimular a política de redução do déficit público e combate à recessão, promovendo o fomento do mercado interno, a criação de empregos, a afirmação do esforço nacional na condução da economia. Concluir a negociação da dívida externa, mediante política de coresponsabilidade entre credores e devedores, dentro dos parâmetros da soberania nacional, e do não-comprometimento da eco-

nomia com a recessão e a fome do povo.

- 10 — Desenvolver a industrialização do Nordeste, do Centro-Oeste e da Amazônia através de programas para exportação, com a utilização do instrumento de conversão da dívida externa em investimento. Intensificar as metas de irrigação do Nordeste.
- 11 — Fortalecer o monopólio estatal de petróleo. Assegurar, até o final do mandato, o cumprimento das metas de auto-suficiência na produção de petróleo previstas na programação da Petrobrás.
- 12 — Apoiar a iniciativa privada como fator decisivo do desenvolvimento econômico. Ativar os programas de privatização nas áreas não essenciais ou estratégicas, de modo a liberar o Estado de tarefas e dispêndios que não façam parte de sua função, para que sobre mais recursos públicos para a área social.

No campo social

- 13 — Combater as desigualdades sociais e regionais onde elas se verificarem.
- 14 — Realizar a Reforma Agrária, de maneira prática e dinâmica, de modo a atingir as metas do Programa Nacional de Reforma Agrária, inclusive com a adoção de formas cooperativistas.
- 15 — Executar política salarial que garanta ao salário correção nunca inferior à inflação, além dos ganhos de produtividade livremente acordados entre patrões e empregados. O salário mínimo deve ter seu valor real dobrado no decorrer do atual mandato presidencial.
- 16 — Intensificar a política de prioridade para o social, com a ampliação dos programas em curso, tendo em vista distribuir a renda de forma justa e equilibrada e elevar os investimentos sociais a níveis comparáveis aos de países mais desenvolvidos.
- 17 — Estabelecer Plano de Emergência, mobilizando os recursos materiais e humanos disponíveis, nas áreas federal, estadual e municipal, para combater a violência.
- 18 — Adotar política habitacional de emergência para atender às populações de baixa renda.
- 19 — Ampliar os programas de educação e saúde, principalmente aqueles que digam respeito à sua melhoria e democratização.

No campo da administração

- 20 — Punir com demissão

tudo servidor ocupante de cargo de confiança que tiver recebido denúncia de corrupção em sua área e não determinar sua imediata apuração e punição.

- 21 — Buscar fórmulas práticas de combater a ineficiência, o desperdício e a burocracia excessiva. Promover a extinção de órgãos, de modo a evitar superposição de atribuições.
- 22 — Descentralizar a administração, com delegação de obras e atribuições, de modo a estabelecer uma ação solidária e efetiva de um trabalho conjunto, entre União, Estados e Municípios.
- 23 — Apressar a reforma administrativa e organizar de imediato, em carreiras, os quadros da administração, de forma que ninguém possa ser admitido senão através de concurso público.
- 24 — Estabelecer tetos para o salário dos servidores públicos em quaisquer níveis ou setores, evitando-se abusos intoleráveis.
- 25 — Continuar o programa de modernização e profissionalização das Forças Armadas, para dar-lhes condições de cumprir seus deveres constitucionais de mantenedoras das instituições e da ordem, submetidas ao Comando Supremo do Presidente da República.

Integram este compromisso:

- 1 — O Plano Macroeconômico
- 2 — O Plano de Ação Governamental (PAG)
- 3 — Orçamento de 1988
- 4 — Metas 1989.

O compromisso da Aliança Democrática esgotou-se. É necessário este novo pacto, que não aborde somente os aspectos políticos, mas também aqueles necessários a criar condições para melhorar a vida do povo e assegurar, com as instituições consolidadas, o grande futuro do País.

O Brasil precisa preparar-se para o século XXI. Restaurar a crença em suas instituições. Restaurar a crença no seu futuro. Criar a unidade solidária em favor do País, independentemente de convicções políticas. Ajudar o Presidente a resolver os problemas nacionais graves que se acumularam ao longo do tempo. A hora é de construir.

Com estes grandes propósitos manifestamos nosso apoio ao Governo do Presidente José Sarney, do qual fazemos parte, solidários e responsáveis.